



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

Diretoria de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial

#### Termo de Cooperação nº 01/2020

Termo de Cooperação referente ao Programa Adote uma Praça, para realização de benfeitorias consistentes na urbanização e implantação de estacionamento no logradouro público, que celebra o Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional do Planaltina - RA/VI e a Drogaria RG Eireli, nos termos da Lei Distrital nº 448/1993 e do Decreto nº 39.690/2019.

#### Processo SEI nº 00135-00002809/2019-03

O Distrito Federal, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Administração Regional de Planaltina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.863.532/0001-88, situada no endereço Avenida Uberdan Cardoso, Setor Administrativo Central, CEP 73.310-901, Planaltina - DF, Brasília/DF, neste ato representado pelo Administrador Regional Antônio Célio Rodrigues Pimentel e da Secretaria de Estado de Projetos Especiais, criada pelo Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, ora interveniente, situada em Palácio do Buriti - 1º andar - Sala p-36, Zona Cívico-Administrativa - Praça do Buriti, Brasília/DF, neste ato representada por Roberto Vanderlei de Andrade, e a Drogaria RG Eireli, CNPJ: 26.392.235/0001-60, situada no SRL Quadra 05, Conjunto A, Lote 40, Vila Buritis, Planaltina - DF neste ato representado por Dhefferson Batista Lopes, CPF: 707.620.311-15 e RG: 1731063 SSP-DF, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação, em conformidade com o Decreto nº 39.690, de 28 de fevereiro de 2019, e demais preceitos de direito público, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo as benfeitorias e manutenção na modalidade da Cooperação, conforme o inciso I e II do art. 10 do Decreto nº 39.690/2019.

1.1.1. O presente ajuste vincula-se às propostas apresentadas no requerimento do art. 5º do Decreto nº 39.690/2019, observando-se também o art. 6º do mesmo normativo.

1.2. O logradouro Público, objeto do presente Termo, encontra-se localizado no Canteiro Central da

Avenida entre as quadras 4 e 5 em frente aos lotes 40, no Setor Residencial Leste, na Região Administrativa de Planaltina / RA-VI.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

2.1. Os partícipes comprometem-se a respeitar as obrigações assumidas, considerando-se as condições estabelecidas no Decreto nº 39.690/2019, na legislação aplicável e, em especial, as seguintes disposições:

2.1.1. Compete à pessoa jurídica partícipe:

- a) a implantação de benfeitorias, a aquisição de material e prestação de serviços de mão de obra, para a conservação e manutenção, referente ao local adotado para a criação de um estacionamento, conforme projeto aprovado no processo SEI nº 00135-00002809/219-03;
- b) responsabilizar-se pela observância e o cumprimento das normas legais referentes à atividade desenvolvida;
- c) responsabilizar-se por quaisquer infrações ambientais, administrativas, e danos gerados a terceiros;
- d) responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de acessibilidade;
- e) assumir integral responsabilidade pelos danos causados por ela ou seus funcionários/prepostos e terceirizados na execução dos trabalhos prestados, inclusive acidentes, perdas ou destruições, isentando o Distrito Federal de toda e qualquer responsabilidade;
- f) prestar informações, quando for solicitado, sobre as atividades desempenhadas no que tange ao objeto do presente Termo;
- g) instalar placas com mensagens de identificação da cooperação apenas após o início das benfeitorias objeto do termo de cooperação;
- h) responsabilizar-se pelos custos de confecção, instalação, manutenção e retirada das placas de identificação visual que forem alocadas durante a vigência do presente termo;
- i) garantir o livre acesso ao bem público de uso comum do povo, objeto do termo de cooperação, sem qualquer prejuízo a seu uso regular de acordo com sua natureza e destinação, as quais não podem ser alteradas.

2.1.2. Compete ao Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Planaltina:

- a) disponibilizar o logradouro ao particular para execução do Termo de Cooperação, observada todas as disposições legais atinentes à matéria;
- b) supervisionar diretamente os serviços objeto deste Termo, registrando ocorrências relacionadas com a sua efetiva execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- c) acompanhar e fiscalizar o cumprimento deste Termo, e informar sobre eventuais vícios ou irregularidades, propondo soluções e sanções que entender cabíveis para regularizar faltas e/ou defeitos observados, admitindo-se a participação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;
- d) acompanhar o prazo definido no presente Termo, comunicando as partes envolvidas quanto ao possível interesse na renovação do mesmo;
- d) emitir certificado de cooperação com o Programa Adote uma Praça, através de modelo

disponibilizado pela Secretaria de Estado de Projetos Especiais - SEPE;

e) garantir e fiscalizar a devida instalação de placa ou totem com identificação do particular, na forma descrita no Decreto nº 39.690/2019 e demais orientações da SEPE;

f) permitir a divulgação da identificação do particular no sítio eletrônico do programa;

2.1.3. Compete à Interveniente, ora Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal, dirimir dúvidas acerca da aplicação do Programa Adote uma Praça, acompanhar os processos, bem como publicar regulamentação complementar, no âmbito de suas competências, em conformidade com o Decreto nº 39.690/2019.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES**

3.1. É vedado:

a) impedir o livre acesso ao bem público de uso comum do povo, objeto do Termo de Cooperação, e qualquer prejuízo a seu uso regular, de acordo com sua natureza;

b) a transferência do Termo de Cooperação para terceiros ou para outro bem;

c) conferir, mediante a realização das benfeitorias urbanas avençadas, qualquer outra utilização ou destinação ao bem público que não esteja condizente com sua natureza, suas características urbanísticas, paisagísticas e ambientais;

d) viabilizar, promover ou realizar eventos de qualquer natureza, sem a expressa autorização da Administração Regional, na forma da legislação vigente;

e) alterar, sem anuência da Região Administrativa competente, o objeto do Termo de Cooperação ou os limites de possíveis obras definidos no projeto;

f) a exploração comercial dos mobiliários urbanos ou logradouros públicos objetos do Termo de Cooperação;

g) veiculação de marca, logomarca ou o nome fantasia de bebidas alcoólicas, cigarros, produtos agrotóxicos ou produtos que incentivem a discriminação ou exploração de pessoas a qualquer título, ou qualquer tipo de propaganda político-partidária nos mobiliários urbanos e nos logradouros públicos objeto deste instrumento;

h) implantação de placas de identificação nos locais proibidos por legislação específica.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

4.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência por 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, mediante celebração de termo aditivo entre as partes.

### **5. CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO**

5.1. A inexecução total ou parcial e injustificada deste Termo de Cooperação, bem como o descumprimento das disposições previstas na legislação, poderá dar ensejo à sua rescisão, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação.

5.2. O Termo de Cooperação pode ser rescindido:

- a) por solicitação do interessado mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 45 dias;
- b) pela Administração Pública, a qualquer tempo, quando houver interesse público, observados os procedimentos da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recepcionada pela Lei Distrital nº 2.834, de 7 de dezembro de 2001.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

6.1. O Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Planaltina, providenciará a publicação na íntegra do presente Termo de Cooperação no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo máximo de 30 dias, contados da data de sua assinatura, conforme Art. 9º do Decreto 39.690 de 28 de fevereiro de 2019.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

7.1. O acompanhamento da execução e a fiscalização do cumprimento do presente Termo de Cooperação caberá à Administração Regional de Planaltina, parte integrante do presente Termo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. O descumprimento das disposições previstas na Lei nº 448/1993, no Decreto nº 39.690/2019 e neste Termo de Cooperação, ensejará a aplicação das penalidades previstas no art. 16 do Decreto nº 39.690/2019.

8.2. As benfeitorias realizadas nos mobiliários urbanos e nos logradouros públicos objeto deste Termo de Cooperação passam a integrar o patrimônio público, sem qualquer direito de retenção, indenização ou ressarcimento das despesas realizadas pelo particular.

8.3. O presente Termo de Cooperação não desobriga o particular de obter todas as demais autorizações e aprovações legalmente exigíveis para consecução do objeto deste ajuste.

8.4. O Termo de Cooperação não representa qualquer cessão, concessão, permissão ou autorização, a qualquer título, dos respectivos bens, que permanecem na integral posse e propriedade do Distrito Federal.

8.5. Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Planaltina/DF para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste instrumento que porventura não tenham sido resolvidas administrativamente.

8.6. E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente Termo de Cooperação em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Brasília/DF, 29 de outubro de 2020.

Antônio Célio Rodrigues Pimentel  
Administrador Regional de Planaltina

Roberto Vanderlei de Andrade  
Secretário de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal

Dhefferson Batista Lopes  
PP Vinícius Paulo Oliveira Siqueira

TESTEMUNHAS:

Nome: Luciano Nunes Stacciarini	Nome: Síntia Almeida de Oliveira
RG: 2.312.577 SSP-DF	RG: 1.872.948 SSP-DF
CPF: 692.474.631-49	CPF: 864.080.381-15



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO VANDERLEI DE ANDRADE - Matr.1691642-5, Secretário(a) de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal**, em 29/10/2020, às 11:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO NUNES STACCIARINI - Matr.1690879-1, Diretor(a) de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial**, em 04/11/2020, às 18:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO CÉLIO RODRIGUES PIMENTEL - Matr.1689565-7, Administrador(a) Regional de Planaltina**, em 05/11/2020, às 11:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SINTIA ALMEIDA DE OLIVEIRA - Matr.1690955-0, Assessor(a)**, em 09/11/2020, às 12:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=49643204)  
verificador=49643204 código CRC= 7EEBA3A0.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

AV. Uberdan Cardoso Setor Administrativo - Bairro Planaltina - CEP 73310-970 - DF

3488-9236



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
BRENO DE ANDRADE ZOEHLER SANTA HELENA, Tabelião

CNPJ 10.937.786-0001-21 Av. São Paulo esq. com a Rua Pernambuco  
Qd. 76, lote 9, lojas 1-3, S. Tradicional, CEP 73330-012, Planaltina-DF  
01 3389-2234 | 3049-7006 | 3388-8521  
contato@cartoriodef.com.br www.cartoriodef.com.br

12º OFÍCIO DE NOTAS &  
PROTESTO DE TÍTULOS  
DO DISTRITO FEDERAL

Prot. 00133119

LIVRO 0758

FOLHA 151

**INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO QUE OUTORGA: DROGARIA  
RG EIRELI ME, na forma abaixo:**

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que, aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte (22/05/2020), em Planaltina, Distrito Federal, neste Serviço Notarial, perante mim, CELSO PIRES DE MATOS, Escrevente, compareceu como outorgante: **DROGARIA RG EIRELI ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Quadra 05, Conjunto A, Lote nº 40, Loja A, SRL, Planaltina, Distrito Federal, inscrita no C.N.P.J. sob o número 26.392.235/0001-60, devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal, sob o número 5360018025-9, em 20/10/2016, com sua última alteração registrada sob nº 20170951090, em 13/11/2017, neste ato apresentada por sua titular: **EDIMA ANTONIO DE OLIVEIRA**, brasileira, que se declara casada, empresária, portadora da CI.RG nº 984.650-SSP-DF e CPF nº 385.965.711-91, residente e domiciliada no Condomínio Império dos Nobres, Quadra 04, Conjunto H, Lote nº 41, Região dos Lagos, Sobradinho-DF, reconhecida e identificada como a própria pelos documentos que exibiu e de cuja capacidade jurídica dou fé. E pela presente da outorgante me foi dito que por este instrumento público nomeia e constitui procurador: **VINICIUS PAULO OLIVEIRA SIQUEIRA**, brasileiro, solteiro, maior, gerente de Recursos Humanos, portador da CI.RG nº 2.549.470-SESP-DF e CPF nº 037.399.111-82, residente e domiciliado na Quadra 01, Conjunto F, Lote nº 30, Condomínio Império dos Nobres, Região dos Lagos, Sobradinho-DF (dados fornecidos por declaração, ficando a presente da outorgante responsável por sua veracidade, bem como qualquer incorreção), a quem confere amplos e especiais poderes para representar ativa e passivamente a firma outorgante, podendo, representá-la perante as Repartições Públicas, Administrativas, Autárquicas e Cartórios em geral, Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, seus Departamentos e Secretarias, Pessoas Físicas e Jurídicas, de direito Público ou privado, Sociedades de Economia Mista, Estatais, Paraestatais, Receita Federal do Brasil, Ministérios, Delegacia Regional do Trabalho, Sindicatos, Comércio e Indústria, e onde com esta se apresentar e for necessário, podendo, requerer, alegar e assinar o que for preciso, juntar, apresentar e retirar documentos, apresentar e assinar quaisquer guias, requerer certidões, alvarás diversos e demais autorizações, abrir, acompanhar e dar andamento a processos, pedir vistas, cumprir exigências, tomar ciência de despachos, assinar documentos fiscais e faturas, promover e efetuar endossos e avais em títulos para descontos bancários, assinar bordereaux, admitir e ou demitir empregados, assinar e ou dar baixa em carteiras de trabalho, fixar ordenados e atribuições, promover e efetuar alteração de anotações em carteiras de trabalho, nomear prepostos junto a DELEGACIA DO TRABALHO E/OU JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, JUNTA COMERCIAL, participar de concorrências Públicas e/ou particulares, licitações, tomadas de preços, cartas-convite, retirar Editais, participar de aberturas de licitações, acordar, discordar, interpor recursos, prestar declarações e informações, enfim, praticar os demais atos aos fins deste mandato. **Vedado o Substabelecimento.** Pela presente da outorgante, foi dito que o outorgado tem conhecimento de todas as cláusulas e condições contidas no contrato social e respectiva alteração. O outorgado ao aceitar o presente instrumento, declara ciência das causas extintivas dos poderes de representação, nos termos do art. 682 do Código Civil. Assim como o disse e me pediu, lavrei-lhe este instrumento que lido e achado conforme, outorgou, aceitou e assina. Guia de recolhimento nº 80068731, no valor de R\$ 41,20, referente aos emolumentos e demais despesas. Eu, Celso Pires de Matos, a digitei. Eu, CELSO PIRES DE MATOS, Escrevente, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. E eu CHARLES AUGUSTO DA COSTA, Tabelião Substituto, dou fé e assino. (a.a) EDIMA ANTONIO DE OLIVEIRA, CHARLES AUGUSTO DA COSTA, NADA MAIS. **Traslado emitido em 22 de maio de 2020.** Eu CELSO PIRES DE MATOS, Escrevente, subscrevo, dou fé e assino.

Selo Digital de Segurança: TJDFT20200160086050JOFT.

Para consultar o selo, acesse: [www.tjdf.jus.br](http://www.tjdf.jus.br).



Larissa Lima Cordeiro  
Escrevente

Em testº ✓ da verdade.

Larissa Lima Cordeiro  
Escrevente

